

Índice

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Apresentação</i>	25

Introdução

1. O Código Civil vigente	27
2. Constitucionalização do Direito Civil	27
3. Princípios informadores do Código Civil	28
a) Princípio da eticidade	29
b) Princípio da operabilidade.....	30
c) Princípio da socialidade	30
4. A divisão do Código Civil.....	30

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-lei n. 4.657, de 4-9-1942

1.1. Aspectos gerais	31
1.2. Finalidade da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .	32
1.3. Mecanismos de integração (fontes do Direito)	32
1.3.1. Fontes imediatas, formais ou diretas	32
1.3.2. Fontes mediatas, não formais ou indiretas	32
1.4. Da lei.....	33
1.4.1. Classificação de lacunas	33

1.4.2. Antinomias	34
1.4.2.1. Classificação das antinomias	34
1.4.2.2. Forma de resolução de antinomias	34
1.4.3. Elaboração, promulgação e publicação da lei	35
1.4.4. Princípios	35
1.4.5. Nascimento da lei – validade, vigência e eficácia	36
1.4.6. Vigência da lei no tempo (início da vigência da lei)	36
1.4.7. Formas de revogação	37
1.4.8. Vigência da lei no espaço	38
1.4.9. Interpretação das leis	39
1.5. Regras de alcance da lei nova no ordenamento jurídico	39
1.6. Das fontes secundárias (analogia, costumes e princípios gerais de direito)	40
1.7. Enunciado do CJF sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	41

2. Das Pessoas

2.1. Da pessoa natural	42
2.1.1. Conceito e início da personalidade civil da pessoa natural...	42
2.1.2. Do nascituro	44
2.1.3. Da individualização da pessoa natural	46
2.1.4. Da capacidade civil	50
2.1.5. Incapacidade – conceito e espécies	51
2.1.5.1. Cessação da incapacidade por maioridade	54
2.1.5.2. Cessação da incapacidade por emancipação	54
2.1.6. Dos direitos da personalidade	56
2.1.7. Extinção da personalidade jurídica da pessoa natural	60
2.1.8. Ausência, sucessão provisória e definitiva	61
2.1.9. Comoriência	66
2.2. Da pessoa jurídica	66
2.2.1. Conceito e natureza jurídica	66

2.2.2. Classificação da pessoa jurídica	67
2.2.3. Início da existência legal	73
2.2.4. Capacidade da pessoa jurídica	73
2.2.5. Domicílio	74
2.2.6. Grupos despersonalizados	74
2.2.7. Desconsideração da pessoa jurídica.....	75
2.3. Enunciados do CJF sobre pessoa natural.....	76
2.4. Enunciados do CJF sobre pessoa jurídica.....	79

3. Dos Bens

3.1. Conceito	82
3.2. Classificação dos bens	82
3.2.1. Bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC)	82
3.2.2. Bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC) ...	86
3.2.3. Bens particulares e públicos (arts. 98 a 103 do CC)	88
3.2.4. Bem de família.....	89
3.3. Súmulas e enunciados sobre bens.....	90

4. Dos Fatos Jurídicos

4.1. Conceito	92
4.2. Classificação do fato jurídico <i>lato sensu</i>	92
4.3. Teoria geral do negócio jurídico	93
4.3.1. Classificação do negócio jurídico	93
4.3.2. Dos planos do negócio jurídico e da escada pontiana	94
4.3.3. Do plano da existência	96
4.3.4. Do plano da validade	97
4.3.5. Os vícios (ou defeitos) dos negócios jurídicos.....	99
4.3.5.1. Erro ou ignorância	100
4.3.5.2. Dolo.....	102
4.3.5.3. Coação.....	102

4.3.5.4. Lesão	103
4.3.5.5. Estado de perigo.....	104
4.3.5.6. Fraude contra credores.....	106
4.3.5.6.1. Conceito de fraude contra credores	106
4.3.5.6.2. Elementos da fraude.....	107
4.3.5.6.3. Preservação do negócio jurídico	108
4.3.5.6.4. Ação pauliana para anular negócio jurídico..	108
4.3.5.6.5. Prova	109
4.3.5.6.6. Presunções.....	109
4.3.5.6.7. Questões relevantes	109
4.3.5.7. Simulação.....	111
4.3.6. Principais diferenças entre ato nulo e anulável	112
4.3.7. Do plano da eficácia.....	115
4.3.7.1. Fatores de eficácia que indicam se o negócio produ- zirá ou não efeitos	115
4.4. Súmula e enunciados sobre negócio jurídico.....	118

5. Prescrição e Decadência

5.1. Da prescrição	121
5.1.1. Conceito	121
5.1.2. Características da prescrição	121
5.1.3. Das causas que impedem e suspendem a prescrição	122
5.1.4. Das causas que interrompem a prescrição	122
5.1.5. Dos prazos prescricionais	123
5.1.6. Ações imprescritíveis	124
5.1.7. Da diferença com preclusão e perempção	125
5.1.8. A desestabilização do sistema de prescrição em decorrência da revogação do art. 194 do CC.....	125
5.1.8.1. A revogação do art. 194 do CC	125
5.1.8.2. O direito do prescribente em renunciar à prescrição..	126
5.1.8.3. Até que grau de jurisdição a prescrição pode ser alegada de ofício pelo juiz?	127

5.1.8.4. A ação regressiva contra os assistentes e representantes legais quando se dá causa à prescrição ou não se alega oportunamente.....	128
5.1.8.5. A decadência convencional e o art. 211 do CC.....	129
5.1.8.6. A prescrição tornou-se matéria de ordem pública?	131
5.2. Da decadência.....	132
5.2.1. Conceito	132
5.2.2. Características da decadência	132
5.2.3. Das diferenças entre prescrição e decadência	132
5.2.4. Critério científico para distinguir o prazo prescricional do prazo decadencial criado pelo Código Civil.....	133
5.3. Súmulas e enunciados sobre prescrição e decadência	134

6. Do Direito das Obrigações

6.1. Diferenças entre direito das obrigações e direitos reais	136
6.2. Obrigações híbridas.....	137
6.3. Distinções terminológicas	138
6.4. Conceito de obrigação	139
6.5. Fontes das obrigações.....	140
6.6. Elementos da obrigação.....	140
6.7. Modalidades das obrigações	142
6.7.1. Obrigação de dar	142
6.7.2. Obrigação de fazer.....	144
6.7.3. Obrigação de não fazer.....	145
6.7.4. Obrigação cumulativa ou conjuntiva	145
6.7.5. Obrigação alternativa ou disjuntiva	146
6.7.6. Obrigação divisível	147
6.7.7. Obrigação indivisível	147
6.7.8. Obrigação solidária	148
6.8. Transmissão das obrigações	151
6.8.1. Cessão de crédito	151

6.8.2. Assunção de dívida ou cessão do débito	152
6.8.3. Cessão da posição contratual.....	153
6.9. Teoria do pagamento.....	154
6.9.1. Do pagamento direto.....	154
6.9.1.1. De quem deve pagar.....	154
6.9.1.2. Daqueles a quem se deve pagar.....	155
6.9.1.3. Do objeto e da prova do pagamento.....	156
6.9.1.4. Do local do pagamento	157
6.9.1.5. Do tempo do pagamento	157
6.9.2. Do pagamento indireto.....	157
6.9.2.1. Formas indiretas de pagamento.....	157
6.10. Do inadimplemento das obrigações	163
6.10.1. Inadimplemento involuntário.....	164
6.10.2. Inadimplemento voluntário.....	165
6.10.2.1. Espécies de inadimplemento voluntário.....	168
6.10.3. Adimplemento substancial.....	169
6.11. Da cláusula penal	170
6.12. Das arras	172
6.13. Súmulas e enunciados sobre obrigações.....	176

7. Teoria Geral dos Contratos

7.1. Introdução	182
7.2. A crise dos contratos	182
7.3. Conceito de contrato	183
7.4. Classificação dos contratos.....	184
7.5. Princípios contratuais.....	187
7.5.1. Princípio da autonomia privada	188
7.5.2. Princípio da função social do contrato	191
7.5.3. Princípio da boa-fé objetiva.....	194

7.5.4. Princípio da força obrigatória do contrato	195
7.5.5. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato	196
7.6. Formação do contrato.....	197
7.7. Garantias contratuais	201
7.7.1. Dos vícios contratuais.....	201
7.7.2. Da evicção.....	202
7.8. Revisão judicial dos contratos.....	204
7.9. Extinção dos contratos	208
7.10. Súmulas e enunciados sobre Teoria Geral dos Contratos.....	211

8. Dos Contratos em Espécie

8.1. Compra e venda.....	216
8.1.1. Introdução.....	216
8.1.2. Elementos essenciais.....	217
8.1.3. Natureza jurídica do contrato de compra e venda	219
8.1.4. Efeitos do contrato de compra e venda.....	220
8.1.5. Restrições à compra e venda.....	222
8.1.6. Vendas especiais.....	225
8.1.7. Pactos adjetos ou cláusulas especiais à compra e venda	226
8.2. Troca ou permuta	229
8.3. Contrato estimatório	231
8.4. Doação.....	232
8.4.1. Introdução.....	232
8.4.2. Espécies de doação	232
8.4.3. Aceitação da doação	235
8.4.4. Revogação da doação por ingratidão	236
8.4.5. Promessa de doação.....	237
8.5. Locação de coisas no Código Civil	238
8.5.1. Conceito	238
8.5.2. Partes do contrato.....	239

8.5.3. Elementos do contrato.....	239
8.5.4. Aluguel.....	239
8.5.5. Tempo da locação.....	239
8.5.6. Natureza jurídica do contrato de locação.....	240
8.5.7. Interpretação e promessa de doação	240
8.5.8. Obrigações do locador	240
8.5.9. Obrigações do locatário.....	240
8.5.10. Características da locação de coisas	241
8.5.11. Hipóteses de extinção da locação de coisas	242
8.6. Da locação disciplinada pela Lei n. 8.245/91.....	242
8.6.1. Objetivo da lei – regras gerais	242
8.6.2. Solidariedade legal	243
8.6.3. A vênia conjugal no contrato de locação	243
8.6.4. Características do contrato.....	244
8.6.5. Prorrogação do contrato por prazo indeterminado.....	245
8.6.5.1. Locação residencial	245
8.6.5.2. Locação não residencial.....	245
8.6.5.3. Locação por temporada.....	246
8.6.6. Casos de transferência do contrato	247
8.6.7. Direitos e deveres do locador.....	247
8.6.8. Direitos e deveres do locatário.....	248
8.6.9. Características da locação.....	249
8.6.10. Direito de preferência.....	250
8.6.11. Garantias locatícias	250
8.6.11.1. Particularidades das garantias	251
8.6.12. Tabela comparativa com a redação antiga da Lei do Inquilinato e a nova redação promovida pela Lei n. 12.112/2009	251
8.7. Empréstimos	252
8.7.1. Do comodato	253
8.7.1.1. Obrigações do comodatário.....	253
8.7.2. Do mútuo.....	254
8.8. Prestação de serviço	256

8.8.1. Características da prestação de serviço	256
8.8.2. Extinção da prestação de serviço.....	257
8.9. Empreitada.....	258
8.9.1. Modalidades de empreitada.....	258
8.9.2. Direitos e deveres do empreiteiro	259
8.9.3. Direitos e deveres do comitente.....	260
8.9.4. Características da empreitada	261
8.10. Depósito	262
8.10.1. Modalidades de depósito.....	262
8.10.2. Características do depósito	263
8.10.3. Direitos e obrigações do depositário.....	264
8.10.4. Extinção do depósito	264
8.11. Mandato.....	265
8.11.1. Características do mandato.....	265
8.11.2. Espécies de mandato.....	267
8.11.3. Extinção do mandato	268
8.11.4. Normas sobre a extinção do mandato	268
8.12. Constituição de renda.....	270
8.13. Jogo e aposta.....	273
8.14. Fiança (ou caução fidejussória)	276
8.14.1. Características da fiança.....	276
8.15. Transação.....	279
8.15.1. Características da transação	280
8.16. Compromisso	281
8.16.1. Estudo do compromisso	282
8.16.2. Estudo da arbitragem.....	283
8.17. Súmulas e enunciados sobre contratos em espécie	285

9. Da Responsabilidade Civil Extracontratual

9.1. Noção histórica.....	292
9.2. O Direito Civil Constitucional e a responsabilidade civil.....	292

9.3. Conceito de responsabilidade civil.....	302
9.4. Elementos da responsabilidade civil extracontratual.....	305
9.4.1. Ação ou omissão do agente	305
9.4.2. Dolo ou culpa.....	308
9.4.3. Dano	309
9.4.4. Nexo causal.....	314
9.4.4.1. Teorias sobre a relação de causalidade.....	314
9.4.4.2. Rompimento do nexo causal: das excludentes de responsabilidade civil	317
9.4.4.3. A teoria da perda da chance	319
9.5. Da classificação da responsabilidade civil extracontratual.....	322
9.5.1. Da responsabilidade civil objetiva	323
9.5.1.1. Das principais hipóteses de responsabilidade civil objetiva	326
9.5.1.2. O direito de regresso na responsabilidade civil por fato ou ato de terceiros.....	330
9.5.1.3. A solidariedade entre autor do dano e terceiro, e o caso do incapaz	330
9.5.2. A fixação do valor da indenização	331
9.6. A responsabilidade civil nas relações trabalhistas	333
9.7. A responsabilidade civil pela quebra dos esposais.....	334
9.8. Súmulas e enunciados sobre responsabilidade civil extracontratual..	335

10. Do Direito das Coisas

10.1. Da posse	342
10.1.1. Distinções terminológicas.....	343
10.1.2. Classificação da posse.....	343
10.1.3. Aquisição da posse.....	343
10.1.3.1. Modos de aquisição pela tradição	344
10.1.3.2. Aquisição pelo constituto possessório	345
10.1.3.3. Modos de aquisição pela acessão	345

10.1.4. Efeitos da posse	345
10.1.5. Conceitos importantes	347
10.2. Direitos reais.....	347
10.2.1. Classificação.....	348
10.2.2. Características fundamentais dos direitos reais	348
10.2.3. Outras características dos direitos reais	349
10.3. Da propriedade.....	349
10.3.1. Extensão vertical da propriedade.....	350
10.3.2. Modos de aquisição da propriedade	350
10.3.3. Faculdades inerentes à propriedade.....	350
10.3.4. Características do direito de propriedade	351
10.3.5. Espécies de propriedade	352
10.3.6. Conteúdo constitucional da propriedade	352
10.3.7. Função social da propriedade	353
10.3.7.1. Espécies de função social da propriedade.....	353
10.3.8. Outro exemplo de aplicação da função social da proprie- dade: a desapropriação judicial	354
10.3.9. Formas de aquisição da propriedade.....	360
10.3.10. Formas de aquisição da propriedade <i>imóvel</i>	360
10.3.10.1. Registro	360
10.3.10.2. Usucapião	362
10.3.10.3. Acessão	372
10.3.11. Formas de aquisição da propriedade <i>móvel</i>	376
10.3.11.1. Formas originárias.....	376
10.3.11.2. Formas derivadas	377
10.3.12. Modos de perda da propriedade (imóvel e móvel)	379
10.3.13. Propriedade resolúvel	380
10.3.13.1. Hipóteses de propriedade resolúvel.....	381
10.3.14. Dos direitos de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC) ..	382
10.3.14.1. Características dos direitos de vizinhança.....	382
10.3.14.2. Do uso anormal da propriedade (art. 1.277 do CC)	383
10.3.14.3. Das árvores limítrofes (art. 1.282 do CC)	383

10.3.14.4. Da passagem forçada	384
10.3.14.5. Da passagem de cabos e tubulações	385
10.3.14.6. Das águas	385
10.3.14.7. Do limite entre prédios e direito de tapagem	387
10.3.14.8. Do direito de construir	388
10.3.15. Do condomínio	390
10.3.15.1. Do condomínio ordinário	390
10.3.15.2. Do condomínio edilício	393
10.3.16. Prazo prescricional para a cobrança de cotas condomi- nais em atraso	398
10.3.17. Questões polêmicas sobre condomínio edilício	399
10.4. Dos direitos reais sobre coisas alheias	406
10.4.1. Dos direitos reais sobre coisas alheias de gozo ou fruição .	406
10.4.1.1. Direito real de superfície	406
10.4.1.2. Servidão	410
10.4.1.3. Usufruto	413
10.4.1.4. Uso	416
10.4.1.5. Habitação	417
10.4.2. Do direito real à aquisição de coisa alheia	417
10.4.2.1. Direito do promitente comprador do imóvel	417
10.4.2.2. Características do direito do promitente compra- dor do imóvel, de acordo com o Código Civil	418
10.4.2.3. Características do direito do compromissário compra- dor do imóvel, de acordo com a Lei de Parcele- lamento do Solo Urbano	418
10.4.2.4. Súmulas do STJ referentes ao direito do promiten- te comprador do imóvel	421
10.4.3. Dos direitos reais de garantia	421
10.4.3.1. Do penhor	425
10.4.3.2. Da hipoteca	429
10.4.3.3. Da anticrese (arts. 1.506 e s. do CC)	432
10.4.3.4. Da alienação fiduciária em garantia	434
10.5. Súmulas e enunciados sobre Direito das Coisas	434

11. Do Direito das Famílias

11.1. Aspectos constitucionais do Direito de Família	444
11.2. Principais mudanças no Direito de Família comparando o Código Civil de 1916 com o de 2002.....	445
11.3. Princípios de Direito de Família	446
11.4. Novas formas de constituição de família	452
11.5. Casamento	453
11.5.1. Conceito	453
11.5.2. Natureza jurídica.....	453
11.5.3. Princípios do casamento	453
11.5.4. Capacidade para o casamento.....	454
11.5.5. Habilitação para o casamento	461
11.5.6. Hipóteses excepcionais de casamento.....	462
11.5.7. Invalidade do casamento.....	463
11.5.7.1. Casamento nulo.....	463
11.5.7.2. Casamento anulável.....	469
11.5.7.3. Casamento putativo.....	475
11.5.8. Efeitos jurídicos do casamento	475
11.5.9. Regime de bens.....	477
11.5.9.1. Disposições gerais	477
11.5.9.2. Modificação do regime de bens	481
11.5.9.3. Da escolha do regime de bens e do pacto antenupcial.....	494
11.5.9.4. Das diversas espécies de regime de bens	495
11.5.10. Das formas de dissolução da sociedade conjugal.....	506
11.5.10.1. Da extinção pela morte	507
11.5.10.2. Da invalidade do casamento (nulidade e anulabilidade).....	508
11.5.10.3. Da separação do casal.....	508
11.5.10.4. Do divórcio	518
11.5.10.5. Breves considerações sobre a separação e o divórcio extrajudicial.....	520

11.6. Da união estável.....	522
11.6.1. Direitos decorrentes da união estável.....	524
11.6.2. Direitos decorrentes do concubinato.....	525
11.6.3. Deveres na união estável.....	528
11.6.4. Conversão da união estável em casamento.....	529
11.6.5. Uniões estáveis concomitantes, sucessivas ou uniões plú- rimas	531
11.7. Das uniões homoafetivas (estáveis e matrimoniais)	532
11.7.1. Da possibilidade de as pessoas que vivem em uniões homoa- fetivas incluírem em seu nome o sobrenome do companheiro.	533
11.7.2. Da possibilidade de se fazer escritura de dissolução de união estável homoafetiva, com aplicação analógica da norma do art. 1.124-A do Código de Processo Civil.....	534
11.7.3. Da possibilidade de se fazer escritura de inventário de pes- soa que vivia em união estável homoafetiva.....	535
11.7.4. Da conversão de união estável homoafetiva em casamento	535
11.7.5. Do casamento homoafetivo sem prévia união estável	537
11.7.6. Do contrato de convivência homoafetiva.....	538
11.7.7. Dos artigos afetados com a decisão do STF.....	542
11.8. Dos alimentos	545
11.8.1. A fixação dos alimentos	546
11.8.2. Das espécies de alimentos	546
11.8.3. A legitimidade ativa dos alimentos	547
11.8.4. A renúncia aos alimentos	549
11.8.5. Divisibilidade da obrigação alimentar.....	550
11.8.6. Prescritibilidade x imprescritibilidade da obrigação alimentar ...	554
11.8.7. Da transmissibilidade da obrigação de alimentar.....	555
11.8.8. Dos alimentos pós-divórcio.....	556
11.8.9. Termo inicial dos alimentos.....	558
11.8.10. Termo final dos alimentos	558
11.8.11. Débito que autoriza a prisão do alimentante.....	558
11.8.12. Obrigação alimentar do Estado	560
11.8.13. Transação dos alimentos.....	560
11.8.14. Características dos alimentos.....	560

11.8.15. Alimentos gravídicos.....	561
11.8.16. A culpa na separação e os alimentos.....	562
11.9. Proteção da pessoa dos filhos.....	562
11.9.1. Espécies de guarda.....	563
11.9.2. Características da guarda.....	564
11.9.3. O direito de visita dos avós.....	565
11.10. Das relações de parentesco.....	566
11.11. Da filiação.....	570
11.12. Do reconhecimento de filhos.....	572
11.13. Da adoção.....	573
11.14. Do poder familiar.....	574
11.15. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores.....	575
11.16. Da tutela.....	576
11.17. Da curatela.....	581
11.18. Do bem de família.....	583
11.19. Súmulas e enunciados sobre direito de família.....	586

12. Do Direito das Sucessões

12.1. Sucessão em geral.....	594
12.1.1. Conceito e classificação.....	594
12.1.2. Terminologia da sucessão.....	595
12.1.3. Relações excluídas da sucessão.....	597
12.1.4. Momento da abertura da sucessão.....	597
12.1.5. Comoriência.....	599
12.1.6. Indivisibilidade da herança.....	599
12.1.7. Cessão de direitos hereditários.....	599
12.1.8. Aceitação ou <i>aditio</i>	603
12.1.9. Renúncia da herança.....	604
12.1.9.1. Espécies de renúncia.....	605
12.1.10. Legitimação sucessória.....	605
12.1.11. Espécies sucessórias.....	606

12.2. Sucessão legítima	607
12.2.1. Hipóteses de cabimento da sucessão legítima.....	607
12.2.2. Das pessoas contempladas na lei como herdeiros legítimos ...	609
12.2.3. Das regras da sucessão legítima	610
12.2.4. Da sucessão do descendente	611
12.2.5. Da sucessão do ascendente.....	613
12.2.6. Da sucessão do cônjuge	614
12.2.6.1. Aspectos gerais.....	614
12.2.6.2. Do direito real de habitação decorrente da sucessão..	616
12.2.6.3. Concorrência do cônjuge com o descendente.....	619
12.2.6.4. Concorrência do cônjuge com o ascendente	627
12.2.7. Da sucessão do colateral.....	629
12.2.8. Da sucessão do companheiro	631
12.2.9. A sucessão para o poder público	640
12.3. Sucessão testamentária	641
12.3.1. Introdução.....	641
12.3.2. Normas regulamentadoras da sucessão testamentária	641
12.3.3. Incapacidade testamentária.....	642
12.3.4. Do conteúdo do testamento.....	644
12.3.5. Revogação do testamento.....	644
12.3.6. Do rompimento do testamento	645
12.3.7. Formas de testamento.....	646
12.3.7.1. Formas ordinárias de testamento.....	646
12.3.7.2. Formas especiais de testamento	648
12.3.8. Dos codicilos	649
12.3.9. Das disposições testamentárias.....	650
12.3.10. Das cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade	652
12.3.11. Da invalidade do testamento	654
12.3.12. Da diferença entre indignidade e deserdação.....	655
12.3.13. Das substituições testamentárias	656
12.3.14. Do testamenteiro	659
12.4. Súmulas e enunciados sobre sucessões.....	660
<i>Referências</i>	663